



Pais e Mães

Propostas para fortalecer as famílias brasileiras

Eleições 2026 | Projeto Family Talks

Propostas baseadas em evidências para planos de governo





Diretoria Estatutária de Family Talks

Gilberto Jabur – Presidente
Milton Camargo – 1º Vice-Presidente
Kleber Miranda – 2º Vice-Presidente
Alvaro Lemmi – Tesoureiro
Felipe Pouchucq – Secretário

Equipe de Family Talks

Rodolfo Barreto Canônico
Diretor de Relações Institucionais e Governamentais
Emerson Gomes
Diretor de Operações
Amanda Oliveira
Diretora Comercial
Maria Clara Vieira Rousseau
Diretora de Comunicação
Maria Eduarda Manso Mostaço
Relações Institucionais e Governamentais

Elaboração

Letícia Barbano

Revisão

Maria Eduarda Manso Mostaço
Rodolfo Canônico

Apoio

Jéssica Saurin

Design

André Cordeiro

www.familytalks.org

contato@familytalks.org



Pais e Mães — Propostas para fortalecer as famílias brasileiras

© 2026 by Family Talks is licensed under CC BY-NC-ND 4.0.

To view a copy of this license, visit

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Índice

Sumário Executivo	04
1. Introdução	07
2. Diagnóstico	08
2.1 Penalizações Econômicas e Sociais	08
2.2 Dificuldades para Formar Família e Ter Filhos	09
2.3 Carga de Cuidados	09
2.4 Baixa Participação Paterna	09
2.5 Saúde Mental dos Pais e Mães	10
3. Propostas	11
Eixo 1 — Penalizações Econômicas e Sociais	12
“Aposentadoria Justa para Quem Cuida”	12
“Licenças para Cuidar”	13
“Programa Volta ao Trabalho”	15
“Empresa que Cuida”	17
“Salário-maternidade justo para MEIs”	18
“Família sem Violência”	19
Eixo 2 — Dificuldades para Formar Família e Ter Filhos	21
“Apoio ao Início da Vida Familiar”	21
Eixo 3 — Carga de Cuidados	23
“Creche para Todos”	23
“Bairro que Cuida”	25
“Plano de Ação Familiar”	26
Eixo 4 — Participação Masculina no Cuidado	28
“Família Presente”	28
Referências	30

Sumário Executivo

96% dos brasileiros afirmam que a família é o que de mais importante existe em suas vidas

(Pesquisa Brasil no Espelho, Quaest/TV Globo, 2025)

Apesar disso, milhões de famílias enfrentam penalizações econômicas, sobrecarga de cuidados, ausência paterna e dificuldades para ter filhos. **Apoiar as famílias não é apenas um imperativo social: deve ser prioridade política — e é uma das agendas com maior potencial eleitoral no Brasil de 2026.**

Este documento apresenta 10 propostas concretas, organizadas em 4 eixos:

- 1. Penalizações Econômicas e Sociais** — Combater as desvantagens estruturais que pais e mães enfrentam no mercado de trabalho e na vida social.
- 2. Dificuldades para Formar Família** — Enfrentar a queda na natalidade com apoio concreto a quem quer ter filhos.
- 3. Carga de Cuidados** — Redistribuir o peso do cuidado entre famílias, Estado e sociedade.
- 4. Participação Masculina no Cuidado** — Promover o envolvimento paterno como política pública.

As 5 propostas prioritárias:

Proposta	Sugestão de nome de campanha
Licença parental com cota paterna obrigatória	Família Presente
Quarteirões de Cuidado — modelo de urbanismo social integrada	Bairro que Cuida
Créditos previdenciários por cuidado	Aposentadoria Justa para Quem
Programas de prevenção de violência do parceiro íntimo	Família sem Violência
Programas de retorno ao trabalho para mães e cuidadores	Programa Volta ao Trabalho

Por que isso importa? Segundo o IBGE (2022), o Brasil tem cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes, e a grande maioria deles vive em famílias que cuidam sem apoio externo. Falar de família é falar para o eleitor brasileiro que a realidade familiar dele importa, independente de qual seja, especialmente aqueles que carecem de políticas públicas.





1. Introdução

Segundo a pesquisa “Brasil no Espelho”, realizada em 2025 pela Quaest em parceria com a TV Globo, cerca de 96% dos brasileiros entrevistados afirmaram que a família é o que de mais importante existe em suas vidas. Esse dado revela um traço estrutural da cultura brasileira: as relações familiares são a principal rede de apoio da população, muitas vezes suprimindo lacunas que deveriam ser preenchidas por políticas públicas.

Apesar dessa centralidade, as famílias brasileiras enfrentam desafios graves e crescentes. Mães são penalizadas no mercado de trabalho por terem filhos. Pais estão ausentes da vida de milhões de crianças. O cuidado de dependentes recai de forma desproporcional sobre as mulheres, sem remuneração e sem reconhecimento.

Diante desse cenário, este documento oferece a candidatas e candidatos nas eleições de 2026 um conjunto de 10 propostas concretas para apoiar pais e mães, fundamentadas em evidências científicas e em experiências já testadas no Brasil e no mundo.

Mais que atender a um anseio majoritário da população, o apoio às famílias é parte importante da solução de muitos dos graves problemas sociais que o país enfrenta — da violência à evasão escolar, do adoecimento mental à queda de produtividade.



2. Diagnóstico

Esta seção apresenta, de forma objetiva, os principais desafios enfrentados por pais e mães no Brasil. O diagnóstico fundamenta as propostas apresentadas na seção seguinte.

2.1 Penalizações Econômicas e Sociais

A parentalidade impõe custos desproporcionais às mulheres no mercado de trabalho. No Brasil, mulheres pobres sem filhos possuem 65% de probabilidade de estarem empregadas, mas esse percentual cai cerca de oito pontos percentuais para cada filho adicional. Metade das mulheres que tiram licença-maternidade são demitidas ou saem do mercado até dois anos após o retorno, principalmente após o fim da estabilidade legal.

Pesquisas internacionais confirmam que mulheres casadas sem filhos já enfrentam vieses negativos em processos seletivos, simplesmente pela possibilidade de engravidarem. Além disso, muitas mães migram para empregos de meio período ou informais, abdicando de renda e proteção social. A situação é especialmente crítica para famílias monoparentais, trabalhadoras informais e microempreendedoras individuais (MEIs), que recebem salário-maternidade limitado a um salário mínimo, frequentemente inferior ao seu rendimento real.

Os impactos vão além do mercado de trabalho: conflitos entre trabalho e família estão associados a depressão, exaustão emocional, distúrbios do sono e burnout, com repercussões diretas na produtividade. Por sua vez, uma maior equidade de gênero no mercado de trabalho poderia elevar o PIB per capita mundial em até 20%.

No âmbito familiar, 3,7 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar em 2025. Nos países da OCDE, a duração média de um casamento até o divórcio é de 20 anos, indicando que muitos casais permanecem em relações disfuncionais por longos períodos.

Dado-chave: Em 2022, mais de 2,5 milhões de mulheres não puderam trabalhar porque precisaram cuidar de parentes ou das tarefas domésticas (IBGE). Entre homens na mesma situação: apenas 80 mil.

2.2 Dificuldades para Formar Família e Ter Filhos

O Brasil segue a tendência global de queda nas taxas de natalidade. Em 2023, a taxa de fecundidade caiu para 1,57 filho por mulher — bem abaixo dos 2,1 necessários para reposição populacional. Segundo projeções do IBGE, a população brasileira começará a diminuir a partir de 2041.

Esse fenômeno resulta da combinação de fatores econômicos (alto custo de vida, habitação e alimentação), estruturais (jornadas extensas, precarização do trabalho) e culturais (divisão desigual do cuidado). Pesquisas também mostram que a qualidade das relações familiares na infância influencia diretamente o desejo de formar família na vida adulta: relações disfuncionais ou abusivas estão associadas a menor inclinação para ter filhos.

Em cenários extremos, o encolhimento da população pode representar redução de até 30% no PIB dos países, além de desequilíbrio entre força produtiva e população aposentada, com pressão crescente sobre o sistema previdenciário.

2.3 Carga de Cuidados

O cuidado é o trabalho diário que sustenta a vida humana, mantém a força de trabalho e contribui para o funcionamento da economia, garantindo o bem-estar das pessoas. No Brasil, esse trabalho é concentrado nas famílias e recai de forma desproporcional sobre as mulheres: elas dedicam em média 21,3 horas semanais ao cuidado e às tarefas domésticas — o equivalente a um emprego de meio período inteiro, sem remuneração —, enquanto homens dedicam 11,7 horas. A disparidade é ainda mais acentuada entre mulheres pardas e pretas.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018), 82,4% dos domicílios brasileiros não contratam serviços domésticos ou de cuidados remunerados. Nessas famílias, todas as tarefas são realizadas sem rede de apoio paga, porque não possuem renda suficiente para contratar serviços. Além disso, quase 2,3 milhões de crianças de até 3 anos não têm vagas em creches públicas. A situação se agrava em famílias que convivem com deficiência, doenças crônicas ou problemas de adição.

Dado-chave: Se contabilizada oficialmente, a economia do cuidado corresponderia a cerca de 11% do PIB brasileiro. Em escala global, se remunerado, o trabalho de cuidado acrescentaria US\$ 10,8 trilhões por ano à economia mundial.

Cuidar e ser cuidado constituem um direito fundamental, ligado à dignidade humana e essencial à existência das sociedades, cuja perpetuação depende deste trabalho. É responsabilidade do Estado assegurar que as famílias tenham condições de exercê-lo com dignidade.

2.4 Baixa Participação Paterna

Segundo o IBGE, cerca de 8 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas no Brasil. Dados do Portal da Transparência do Registro Civil mostram que, em um único ano, ao menos 20 mil crianças foram registradas apenas com o nome da mãe. Entre 2016 e 2024, foram 1,28 milhão de crianças nessa situação.

A CEPAL destaca que a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado só pode ser superada por meio de uma transformação cultural que promova a corresponsabilidade masculina. A participação paterna não é apenas uma questão de equidade de gênero: pesquisas mostram que o envolvimento do pai reduz a probabilidade de a criança se envolver com a criminalidade no futuro, além de gerar benefícios significativos para a saúde mental e o desenvolvimento infantil.

Quanto mais cedo o pai se envolve no cuidado dos filhos, maiores são as chances de que esse envolvimento se mantenha ao longo da vida da criança.

2.5 Saúde Mental dos Pais e Mães

A depressão pós-parto afeta aproximadamente 25% das mães e entre 12% e 25% dos pais no Brasil. Além disso, a sobrecarga de cuidados, a precariedade econômica e a ausência de redes de apoio contribuem para índices elevados de ansiedade, burnout e esgotamento parental — impacto que recai de forma desproporcional sobre as mães. Esses quadros impactam não apenas a saúde dos adultos, mas também o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças.

Apesar da gravidade do problema, o SUS oferece atenção limitada à saúde mental parental, com poucas ações preventivas e de acolhimento específicas para este público. A integração de serviços de saúde mental ao acompanhamento pré e pós-natal é uma lacuna importante a ser preenchida.



3. Propostas

Em meio a um cenário repleto de desafios, algumas estratégias e políticas oferecem espaço para avanços voltados à construção de melhores condições de vida para as famílias, prevenindo problemas sociais e potencializando o desenvolvimento integral de todas as pessoas. A tabela abaixo organiza todas as propostas, de acordo com os eixos:

Proposta (nome de campanha)

Eixo 1 — Penalizações Econômicas e Social

Aposentadoria Justa para Quem Cuida
Licenças para Cuidar
Volta ao Trabalho (reinserção de mães)
Empresa que Cuida (Empresa Cidadã)
Salário-maternidade justo para MEIs
Família sem Violência (prevenção)

Eixo 2 — Dificuldades para Formar Família e Ter Filhos

Apoio ao Início da Vida Familiar

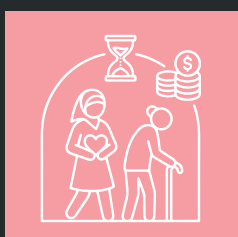
Eixo 3 — Carga de Cuidados

Creche para Todos (horários estendidos)
Bairro que Cuida (Quarteirões de Cuidado)

Eixo 4 — Participação Masculina no Cuidado

Família Presente (licença parental)

Eixo 1 — Penalizações Econômicas e Sociais



“Aposentadoria Justa para Quem Cuida”

Créditos previdenciários por tempo dedicado ao cuidado

Problema: Milhões de brasileiros (sobretudo mulheres) interrompem suas carreiras para cuidar de filhos, pais idosos ou familiares com deficiência. Esse período é invisibilizado pela Previdência, gerando aposentadorias menores e perpetuando a desigualdade na velhice.

Indicadores-chave:

82,4% das famílias cuidam sem qualquer apoio remunerado.

Mulheres dedicam 21,3h semanais ao cuidado vs. 11,7h dos homens.

2,5 milhões de mulheres não puderam trabalhar para cuidar de parentes (2022).

O que propomos:

Permitir que se comprove o tempo fora do mercado de trabalho em razão do cuidado com dependentes (filhos, pais ou familiares com deficiência), para que esse período seja considerado, parcialmente, na redução do tempo de contribuição para a aposentadoria.

A legislação deverá estipular limites (por exemplo, até 2 anos de crédito), tendo em vista a sustentabilidade do sistema previdenciário.

O benefício contempla homens e mulheres, mas é esperado que beneficie majoritariamente mulheres, dado o perfil atual de divisão do cuidado.

Impacto esperado

Redução da desigualdade de gênero na velhice; incentivo à formalização; reconhecimento do valor econômico do cuidado.

Pontos de atenção

A proposta deve ser debatida e aprovada pelo Legislativo e requer alinhamento com o Ministério da Previdência. A definição dos limites de crédito é o ponto técnico central para garantir equilíbrio

Exemplos no mundo:

País	Iniciativa
Argentina	Programa “Reconhecimento de Períodos de Serviço por Tarefas de Cuidado” (2021): 1 ano de contribuição por filho (2 se adotado ou com deficiência).
França	Concede trimestres adicionais de contribuição para mães (ou pais) para compensar impacto da maternidade na carreira.
Uruguai	Mulheres podem computar anos de serviço por cada filho, reduzindo desigualdade de gênero na aposentadoria.



“Licenças para Cuidar”

Licenças trabalhistas para acompanhamento de familiares

Problema: Trabalhadores formais não dispõem de previsão legal adequada para acompanhar familiares em situações de saúde, cuidados paliativos ou atividades escolares, forçando faltas não justificadas, abuso de atestados ou, pior, forçando a saída do mercado de trabalho da pessoa responsável por esses cuidados.

Indicadores-chave:

Conflitos trabalho-família associados à depressão, insônia e burnout.
2,5 milhões de mulheres não puderam trabalhar para cuidar de parentes (2022).

O que propomos:

Acompanhamento médico de dependentes: ampliar licença para 2 dias por ano, para dependentes de até 18 anos ou ascendentes. Referência: média da União Europeia é 5 dias/ano (Eurofound, 2022).

Cuidados paliativos: 7 dias de licença para acompanhamento de filhos, cônjuges, pais ou padrastos/madrastas em fase terminal. Referência: França concede 3 meses (congé de solidarité familiale).

Acompanhamento escolar: 1 dia por ano para participação em atividades escolares de dependentes. Referência: Chile prevê 1 dia/ano (Art. 199 bis, Código del Trabajo).

Flexibilidade: possibilidade de converter o dia de licença em período reduzido de jornada, a critério do trabalhador.

Nota crítica: É fundamental promover a participação masculina no uso dessas licenças, inclusive por meio de campanhas, para evitar que apenas mulheres as utilizem, reforçando desigualdades.

Impacto esperado

Redução de absenteísmo informal, melhora do clima organizacional, apoio a famílias em situações críticas.

Pontos de atenção

As propostas aqui apresentadas são modestas, para assegurar um compromisso entre o impacto no setor produtivo e as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, que hoje estão sub atendidas pela legislação.

Exemplos no mundo:

País	Cuidado de Parentes/ Dependentes (Saúde)	Acompanhamento Escolar/ Social	Cuidados Paliativos / Doença Terminal
Noruega	10 a 15 dias por ano (100% pago) para cuidar de filho doente (até 12 anos).	Direito a tempo livre para reuniões escolares (geralmente não remunerado).	Até 60 dias (pago pelo Estado) para cuidar de parente em fase terminal.

Dinamarca	5 dias por ano (pago) para assistência a familiares dependentes.	Flexibilidade extrema: "Horas de cuidado" negociadas diretamente com a empresa.	Tempo ilimitado (subsidiado pelo município) para cuidar de doente terminal em casa.
Alemanha	10 dias por filho (pago) para cuidados de emergência.	Sem previsão fixa; foco em horários flexíveis e bancos de horas.	Até 6 meses (parcial ou total) para cuidados de parentes próximos.
Suécia	120 dias por ano por criança (VAB) para cuidar de filho doente.	Direito a reduzir jornada em 25% até o filho completar 12 anos.	Até 100 dias (pago pelo Estado) para cuidar de pessoa gravemente doente.
EUA	Até 12 semanas (FMLA) para doenças graves da família.	Apenas em alguns estados (ex: Califórnia) há proteção para eventos escolares.	Sem garantia de pagamento; apenas reserva da vaga (em empresas grandes).



“Programa Volta ao Trabalho”

Subsídios salariais temporários e programas de reinserção profissional

Problema: Mães e cuidadores que se afastam do mercado de trabalho enfrentam barreiras severas para retornar: desatualização profissional, preconceito e falta de programas estruturados de reinserção.

Indicadores-chave:

50% das mães são demitidas ou saem do mercado até 2 anos após a licença-maternidade.

Mulheres pobres sem filhos têm 65% de chance de estar no mercado de trabalho—proporção que cai para cerca de 57% com um filho, 49% com dois, e assim por diante.

O que propomos:

Subsídio ao empregador: criação de incentivo financeiro que reembolse até 50% dos custos salariais por 6 meses, limitados a 2 salários mínimos por trabalhador, para empresas que contratem mães ou cuidadores que estejam fora do mercado há mais de 12 meses. Exigência: manutenção do emprego por pelo menos 12 meses após o término do subsídio.

Programas públicos de retorno: criação de programas estruturados de reinserção profissional, com capacitação, mentoria e encaminhamento ao mercado.



Impacto esperado

Aumento da participação feminina no mercado formal de trabalho, com consequente retorno positivo através das contribuições previdenciárias. Redução da pobreza em famílias monoparentais.

Pontos de atenção

O subsídio proposto deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional e seu impacto fiscal deve ser avaliado com atenção estima-se que para atender 175 mil beneficiários anuais, os custos sejam de R\$ 1,75 bilhão. Quanto aos programas de reinserção profissional, exige capacitação técnica e estruturação operacional da política pública, o que poderia ocorrer por meio de estruturas da Assistência Social ou outras.

Exemplos no Brasil e no mundo:

País	Iniciativa
Alemanha	Incentivo financeiro ao empregador para compensar menor produtividade inicial de trabalhadores que ficaram fora do mercado.
Reino Unido	Programa governamental de apoio ao retorno ao trabalho com capacitação, mentoria e parcerias com empregadores.
Brasil	Iniciativas privadas: Mamães Recrutadoras (SouLan), Contrate uma Mãe, De Mãe para Mãe (Danone), Programa Maternidade e Retorno (Zenklub).



“Empresa que Cuida”

Ampliação do alcance do Programa Empresa Cidadã

Problema: O Programa Empresa Cidadã amplia as licenças maternidade (para 180 dias) e paternidade (para 20 dias), mas apenas 16% das empresas elegíveis aderiram. Além disso, empresas tributadas no Lucro Presumido e no Simples Nacional estão excluídas.

Indicadores-chave:

Das 150 mil empresas optantes pelo Lucro Real, apenas 26 mil formalizaram adesão ao Programa Empresa Cidadã — taxa de adesão de ~17%.

Pesquisas mostram que licenças remuneradas de 20 a 30 semanas aumentam empregabilidade feminina e desenvolvimento infantil.

O que propomos:

Realizar campanhas nacionais de adesão ao Programa Empresa Cidadã, com metas anuais.

Ampliar o escopo para empresas tributadas no Lucro Presumido e Simples Nacional, que representam a grande maioria das empresas brasileiras.

Criar selo de reconhecimento público para empresas aderentes (“Selo Empresa que Cuida”), com benefícios em licitações públicas, por exemplo.

Impacto esperado

Aumento do período de cuidado parental nos primeiros meses de vida, com benefícios comprovados para saúde e desenvolvimento infantil.

Pontos de atenção

O programa já existe e funciona, apesar da baixa adesão (em torno de 16% das empresas elegíveis). Sua ampliação deve ser realizada por lei, o que gera atenção quanto ao impacto fiscal da proposta. Ampliação de licenças são medidas que contam com apoio popular, atestados por pesquisas de opinião.



“Salário-maternidade justo para MEIs”

Ajuste do cálculo do salário-maternidade de Microempendedoras Individuais

Problema: O salário-maternidade de MEIs é limitado a um salário mínimo, frequentemente inferior ao rendimento real da trabalhadora. Isso leva muitas mulheres a não tirar licença, prejudicando a saúde da mãe e do bebê.

Indicadores-chave:

Pequenos negócios sustentam quase metade da população brasileira.

Salário-maternidade do MEI: limitado a R\$ 1.518/mês (2025), enquanto o faturamento médio mensal pode superar esse valor.

O que propomos:

Ajustar a legislação para calcular o benefício com base na média de faturamento dos últimos 12 meses, com teto definido.

Alternativa: criar complementação específica para MEIs com faturamento comprovadamente superior ao salário mínimo.

Impacto esperado

Redução da informalidade feminina, incentivo à licença efetiva, melhoria da saúde materno-infantil.

Pontos de atenção

A proposta passa por alteração legislativa e pela integração entre os sistemas da Receita Federal e do INSS para apuração do faturamento das beneficiárias. O regime previdenciário dos MEI demanda atenção especial.



“Família sem Violência”

Programas de prevenção de violência doméstica e fortalecimento de vínculos familiares

Problema: 3,7 milhões de brasileiras sofreram violência doméstica em 2025. A maioria das políticas públicas se concentra no atendimento pós-violência, com pouco investimento em prevenção.

Indicadores-chave:

3,7 milhões de mulheres vítimas de violência doméstica (DataSenado, 2025).

Duração média do casamento até o divórcio na OCDE: 20 anos.

O que propomos:

Implementar programas baseados em evidências que promovam o funcionamento saudável dos relacionamentos conjugais, seguindo indicações do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA).

Esses programas desenvolvem habilidades de comunicação, resolução de conflitos e fortalecimento de vínculos positivos, atuando como fator preventivo da violência doméstica, de disfunções familiares e de divórcios.

Integrar ao SUS e ao SUAS como política pública de prevenção, com atenção especial a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Incluir ações de saúde mental parental: rastreio de depressão pós-parto no pré-natal e pós-natal, acolhimento psicológico para pais e mães em UBSs, e grupos de apoio integrados às maternidades.

Impacto esperado

Redução de violência doméstica, melhora da saúde mental familiar, redução de custos com atendimento pós-violência (saúde, justiça, assistência).

Pontos de atenção

A implementação em escala nacional envolve formação de facilitadores e coordenação entre SUS e SUAS nas três esferas de governo.

Exemplos no mundo:

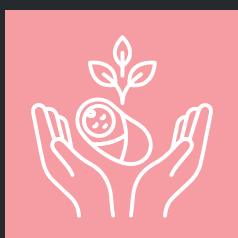
Prevention and Relationship Enhancement Program (PREP)

Objetivo	Fortalecer o funcionamento matrimonial e prevenir crises através do aprimoramento da comunicação, resolução de conflitos e preservação da conexão positiva do casal.
Público-alvo	Casais que buscam manter ou melhorar a saúde do relacionamento.
Metodologia	Baseada em técnicas cognitivo-comportamentais, utiliza sessões estruturadas (3 a 8 casais por grupo, geralmente 12 horas no total), mediação de um facilitador treinado e exercícios práticos/tarefas de casa para fixação de novas competências.
Resultados	Redução comprovada de comunicações negativas e aumento da satisfação conjugal a longo prazo (com efeitos medidos até 5 anos após a intervenção).
Conheça mais	https://www.all4healthfl.org/promiseppractice/index/view?pid=856

Supporting Healthy Marriage

Objetivo	Fortalecer e manter relacionamentos conjugais saudáveis, reduzindo o estresse causado por fatores externos e melhorando as habilidades de relacionamento do casal.
Público-alvo	Casais de baixa renda.
Metodologia	Oferece instrução sobre competências de relacionamento integrada a uma rede de apoio. O programa conecta os casais a serviços sociais que ajudam a mitigar problemas de emprego e moradia, tratando o relacionamento de forma holística.
Resultados	• Os casais relataram níveis mais altos de afeto, felicidade e melhor comunicação em comparação ao grupo de controle. • Redução de comportamentos hostis e comunicações negativas durante conflitos. • Os casais do programa relataram menores taxas de infidelidade em comparação ao grupo que não recebeu a intervenção.
Conheça mais	https://www.all4healthfl.org/promiseppractice/index/view?pid=3861

Eixo 2 — Dificuldades para Formar Família e Ter Filhos



“Apoio ao Início da Vida Familiar”

Incentivos financeiros para a formação de famílias

Problema: O alto custo de vida, especialmente habitação, alimentação e transporte, é um dos principais fatores que levam jovens a adiar a formação de famílias. A taxa de fecundidade caiu para 1,57 filho por mulher, e a população começará a diminuir em 2041.

Indicadores-chave:

Taxa de fecundidade: 1,57 filho/mulher (2023), abaixo dos 2,1 de reposição.

População brasileira começará a diminuir a partir de 2041 (IBGE).

Gastos com habitação aumentaram 40-60% entre 1996 e 2020.

Em 2024, o Brasil registrou 2,38 milhões de nascimentos, número em queda a cada ano.

O que propomos:

Proposta principal — Poupança Jovem Família: todo cidadão brasileiro, ao nascer, recebe R\$1.000 em uma conta específica dentro de um fundo público. O valor só poderá ser resgatado ao completar 30 anos, ou antes, em caso de casamento, união estável formalizada, ou nascimento/adoção do primeiro filho. Com rendimentos equivalentes a 100% do CDI, o valor pode atingir aproximadamente R\$55 mil em 30 anos.

Propostas complementares:

Crédito habitacional facilitado para famílias jovens (até 35 anos) com filhos, dentro do programa Minha Casa Minha Vida ou programa específico.

Auxílio-natalidade: transferência direta para cobrir despesas do primeiro ano do bebê, destinada a famílias de baixa renda (até 2 salários mínimos per capita), famílias monoparentais e famílias com mais de 3 filhos.

Impacto esperado

Sinal claro do compromisso do Estado com as famílias; redução de barreiras econômicas à formação familiar; impacto de longo prazo na natalidade.

Pontos de atenção

O horizonte de 30 anos da Poupança Jovem Família requer atenção especial ao desenho da governança do fundo para garantir continuidade. Há modelos equivalentes implementados no EUA e que podem servir de inspiração. Considerando R\$ 1.000 por criança e 2,38 milhões de nascimentos por ano, o custo anual seria de aproximadamente 2,4 bilhões.



Eixo 3 — Carga de Cuidados



“Creche para Todos”

Ampliação de vagas e horários de creches e escolas

Problema: Quase 2,3 milhões de crianças de até 3 anos estão fora da creche, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Os horários de funcionamento não atendem famílias que trabalham em períodos não comerciais.

Indicadores-chave:

2,3 milhões de crianças de até 3 anos fora da creche.

Famílias mais pobres enfrentam mais obstáculos para conseguir vaga.

Segundo a POF 2017-2018 do IBGE, 82,4% dos lares brasileiros cuidam da casa e dos filhos sem contratar nenhum serviço remunerado.

O que propomos:

Expandir a oferta de vagas em creches em todo o território nacional, com prioridade para regiões Norte e Nordeste.

Estender horários de funcionamento para atender famílias que trabalham em períodos não comerciais (noturno, fins de semana).

Criar programa federal de cofinanciamento para municípios que implantarem horários estendidos.

Por que isso importa? Creches geram benefícios significativos para crianças em situação de vulnerabilidade, com impactos positivos comprovados no desenvolvimento infantil e na participação laboral das mães.

Impacto esperado

Liberação de mães para o mercado de trabalho, desenvolvimento infantil, redução de desigualdades regionais.

Pontos de atenção

Tema com amplo consenso, inclusive a meta do PNE de universalização já existe. É preciso um cofinanciamento eficiente entre União e Municípios.

Exemplos no Brasil:

Cidade	Descrição
Sorocaba (SP)	Creche noturna com atendimento até às 22-23h para pais que trabalham ou estudam à noite.
Pato Branco (PR)	Creche noturna pioneira, 18h às 23h30, para pais com vínculo empregatício ou estudantil noturno.
Canoas (RS)	EMEI com horário estendido até 19-20h para acomodar deslocamento dos pais.
Porto Velho (RO)	Creche Sementes do Amanhã: atendimento das 18h às 22h30.



“Bairro que Cuida”

Quarteirões de Cuidado —
modelo de urbanismo social integrado

Problema: As famílias mais vulneráveis precisam percorrer longas distâncias para acessar serviços fragmentados (creche num bairro, saúde em outro, assistência social em outro). Isso consome tempo e dinheiro de quem menos tem.

Indicadores-chave:

82,4% das famílias cuidam sem rede de apoio paga.

Mulheres dedicam 21,3h semanais ao cuidado — sem contar deslocamentos.

O que propomos:

Implementação de Quarteirões de Cuidado: áreas urbanas delimitadas que concentram, em um único perímetro (acessível a pé, em até 20 minutos), serviços integrados de:

- Creche e escola infantil
- Atendimento a idosos (centro-dia)
- Restaurante popular
- Lavanderia comunitária
- Cursos de capacitação profissional
- Atividades físicas e esportivas
- Orientação psicológica e jurídica

Foco: territórios com maior índice de vulnerabilidade social.

Impacto esperado

Redução da sobrecarga de cuidadores, integração de serviços, fortalecimento comunitário, redução de deslocamentos.

Pontos de atenção

Conceito inovador que envolve articulação entre saúde, assistência social, educação e infraestrutura urbana nas esferas municipal, estadual e federal. Evidências sugerem ser este o padrão ouro para a oferta de suporte de cuidados.

Exemplos no mundo:

Bogotá, Colômbia (Manzanas del Cuidado)

Áreas geográficas com serviços públicos concentrados para que cuidadoras encontrem tudo a 20 minutos de casa. Referência internacional reconhecida pela ONU.



“Plano de Ação Familiar”

Estabelecimento de metas conjuntas e de ações integradas para a toda a família

Problema: Famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam problemas simultâneos e interdependentes nas áreas de saúde, moradia, renda, educação e cidadania. As políticas públicas, em geral, respondem a essas demandas de forma fragmentada e setorial, sem considerar a família como unidade de intervenção. Essa desarticulação reduz a eficácia das ações e perpetua ciclos de pobreza e dependência.

Indicadores-chave:

Segundo o IBGE (2022), 33 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza.

82,4% dos domicílios brasileiros não contam com qualquer serviço doméstico ou de cuidado remunerado (POF 2017–2018).

Famílias chefiadas por mulheres negras são as mais expostas à pobreza multidimensional no Brasil (IPEA, 2023).

A pobreza multidimensional afeta simultaneamente renda, saúde, educação, habitação e acesso a serviços — nenhuma dessas dimensões pode ser enfrentada de forma isolada.

O que propomos:

Implementar e escalar o **Plano de Ação Familiar (PAF)** como metodologia de referência para políticas públicas de assistência social no Brasil, integrando os diferentes serviços da rede socioassistencial em torno de um plano individualizado por família.

O PAF consiste no estabelecimento de metas conjuntas e ações integradas nas áreas de Saúde, Moradia, Geração de Renda, Cidadania e Educação, **com foco na promoção da autonomia, do autossustento e do protagonismo familiar**. A metodologia compreende as seguintes etapas:

- 1. Porta de entrada integrada:** hospitais públicos, CRAS, escolas e creches identificam e encaminham famílias em vulnerabilidade social para a rede de acompanhamento.
- 2. Avaliação multidisciplinar:** cada família passa por avaliação inicial com equipe intersetorial composta por profissionais de Serviço Social, Medicina, Psicologia, Nutrição, Arquitetura, Direito, Pedagogia e Geração de Renda.
- 3. Plano participativo:** metas e ações são construídas de forma conjunta com a família, respeitando suas necessidades, potencialidades e contexto.
- 4. Acompanhamento periódico:** as metas são revisadas mensalmente e a evolução é monitorada com base em indicadores organizados em sistema de informação integrado.
- 5. Acolhimento humanizado:** em todos os atendimentos, voluntários realizam escuta ativa e acolhimento antes da abordagem técnica, fortalecendo vínculos de confiança e ampliando o engajamento das famílias.

Em média, uma família leva **dois anos** para transitar de uma situação de vulnerabilidade social para uma condição de autonomia e dignidade.

Impacto esperado

Superação do ciclo de pobreza multidimensional; fortalecimento da autonomia familiar; redução da dependência de transferências assistenciais; melhora dos indicadores de saúde, educação e renda das famílias atendidas.

Pontos de atenção

A implementação em escala nacional requer formação de equipes multidisciplinares, sistemas de informação integrados entre saúde, educação e assistência social, e coordenação entre as três esferas de governo. A sustentabilidade do modelo depende de financiamento estável e de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação de impacto.

Exemplos no Brasil:

Instituto Dara (RJ)

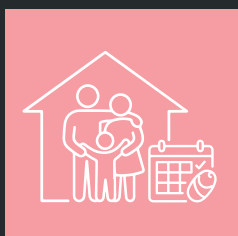
Pioneiro na metodologia PAF, o modelo articula orientação médica, nutricional, psicológica, jurídica e de geração de renda em torno de um plano familiar participativo.

CRAS e PAIF (Brasil)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social, já adota princípios de acompanhamento familiar continuado — o PAF representa um aprofundamento e qualificação dessa lógica, com maior intersetorialidade e protagonismo das famílias.



Eixo 4 — Participação Masculina no Cuidado



“Família Presente”

Licença parental com cota obrigatória para pais

Problema: O Brasil oferece apenas 5 dias de licença-paternidade obrigatória (20 dias no Empresa Cidadã). A ausência de licença adequada perpetua a divisão desigual do cuidado e as penalizações às mulheres no mercado de trabalho.

Indicadores-chave:

Licença paternidade: 5 dias (legislação vigente).

8 milhões de mães solo no Brasil.

20 mil crianças/ano registradas apenas com o nome da mãe.

Mulheres: 21,3h semanais de cuidado vs. homens: 11,7h.

O que propomos:

Criar licença parental (período de afastamento do trabalho que pode ser usufruído por pai, mãe ou cuidador), com **cota obrigatória intransferível para pais**, de no mínimo 30 dias.

A existência de cota obrigatória é fundamental: há consenso internacional de que, na ausência dessa medida, as mães tendem a usufruir de 100% da licença, reproduzindo desigualdades no mercado de trabalho.

Ampliar políticas complementares:

Fortalecimento do Pré-Natal do Parceiro (SUS) para incluir o homem desde a gestação.

Campanhas de comunicação sobre paternidade ativa e corresponsabilidade no cuidado.

Incentivos a empresas que promovam a licença paterna efetiva (não apenas formal).

Impacto esperado

Redução da desigualdade de gênero, aumento do envolvimento paterno, benefícios para desenvolvimento infantil, redução de violência.

Pontos de atenção

Os recentes debates sobre a ampliação da licença paternidade estimaram os custos para a ampliação do tempo de licença para os pais para 30 dias em um valor próximo de 4,5 bi anuais para a Previdência Social.

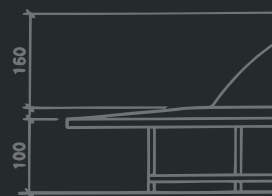
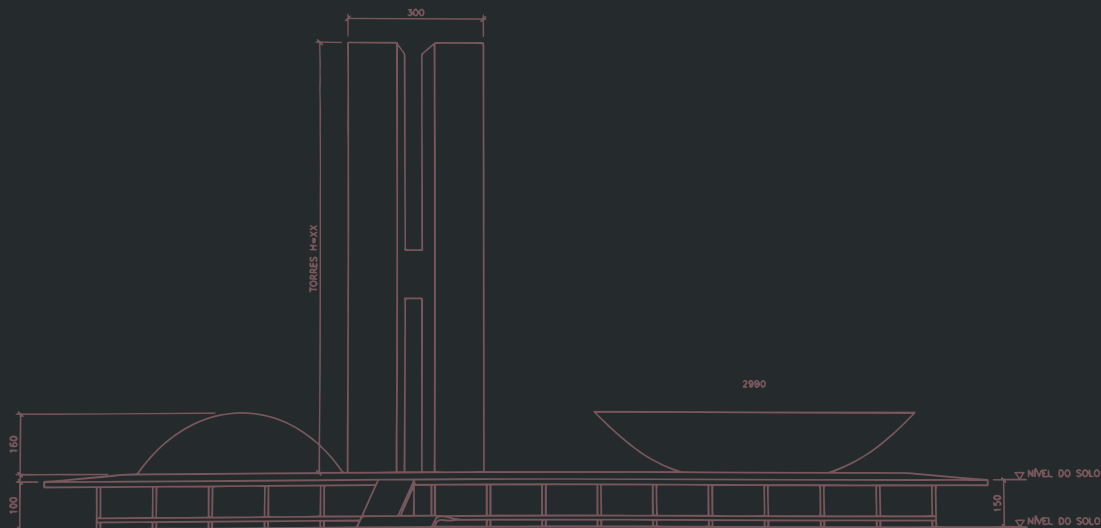
Exemplos no Brasil e no mundo:

País	Iniciativa
Suécia	480 dias de licença parental, com 90 dias reservados exclusivamente para cada progenitor (intransferíveis).
Alemanha	14 meses de licença parental, com 2 meses reservados para o pai — que, se não utilizados, são perdidos, funcionando como um incentivo ao envolvimento paterno.
Portugal	Licença parental de 120 a 150 dias compartilháveis, acrescida de 30 dias de bônus se ambos os progenitores dividirem a licença de forma exclusiva — além de 28 dias obrigatórios reservados ao pai logo após o nascimento.
Empresas no Brasil	Nubank e Boticário – 120 dias de licença parental, 180 dias para mães.

Referências

- Agência Gov. (2024). População do país vai parar de crescer em 2041. Agência Brasil.
- Azzoni, C. R., & Almeida, A. N. (2021). Mudanças nas estruturas de consumo e custo de vida comparativo nas Regiões Metropolitanas: 1996-2020. *Estudos Econômicos*, 51(03), 529-563.
- Bank of America Institute. (2025). Women and wealth: Growing the pie, creating opportunities.
- Barbano, L. M., & da Cruz, D. M. C. (2022). Para além da narrativa trabalho-família. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 22(2), 1987-1992.
- Becker, S. O., Fernandes, A., & Weichselbaumer, D. (2019). Discrimination in hiring based on potential and realized fertility. *Labour Economics*, 59, 139-152.
- Borgmann, L. S., Rattay, P., & Lampert, T. (2019). Health-related consequences of work-family conflict. *Frontiers in Public Health*, 7, 189.
- Braga dos Anjos, B., & Araújo de Moraes, N. (2021). Experiências de famílias com filhos autistas. *Ciências Psicológicas*, 15(1).
- BRASIL (2023). Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. MDS.
- Bruschini, M. C. A., & Riboldi, A. M. (2009). Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, 39, 93-123.
- CEPAL. (2022). La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género.
- Choi, H., Barbano, L., Park, J., et al. (in press). Weaving culture into Bronfenbrenner's PPCT model. *Journal of Family Theory & Review*.
- Cukrowska-Torzewska, E. (2017). Cross-country evidence on motherhood employment and wage gaps. *Social Politics*, 24(2), 178-220.
- Diniz, E., Brandao, T., & Verissimo, M. (2023). Father involvement during early childhood: A systematic review. *Family Relations*, 72(5), 2710-2730.
- Fernandes Matos Lima, I., et al. (2022). Maternidade, participação no mercado de trabalho e informalidade: impacto 2012-2019.
- G20 Brasil. (2024). Desigualdade de gênero: mulheres subsidiam a economia em US\$ 10,8 trilhões anuais. Governo Federal.
- Gazeta do Povo Lab. (2025). Pai ausente no Brasil: o elo entre o abandono paterno e a violência.
- Globo Gente. (2025). Brasil no Espelho: pesquisa revela os valores e preocupações dos brasileiros.
- Hook, J. L., & Pettit, B. (2016). Reproducing occupational inequality: Motherhood and occupational segregation. *Social Politics*, 23(3), 329-362.
- IBDFAM. Mais de 1,2 milhão de crianças registradas sem o nome do pai desde 2016.
- IBGE. (2024). Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (3ª ed., n. 38).
- IBGE. (2023). PNAD Contínua: Outras formas de trabalho 2022.
- Instituto de Pesquisa DataSenado. (2025). Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.
- Javornik, J., & Kurowska, A. (2017). Work and care opportunities under different parental leave systems. *Social Policy & Administration*, 51(4), 617-637.

- Lee, J., Kim, S. G., et al. (2021). Childhood emotional abuse is associated with the desire to get married. *Psychiatry Investigation*, 18(11), 1117.
- Li, W. (2024). Do surging house prices discourage fertility? *Labour Economics*, 90, 102572.
- LSEG. (2024). News in charts: Economic consequences of falling fertility rates.
- Machado, C. & Pinho Neto, V. R. (2016). The labor market consequences of maternity leave policies: evidence from Brazil. FGV.
- Maldonado, L. C., & Nieuwenhuis, R. (2015). Family policies and single parent poverty in 18 OECD countries. *Community, Work & Family*, 18(4), 395-415.
- Mardani, M., et al. (2023). Challenges in addiction-affected families. *BMC Psychiatry*, 23(1), 439.
- Melo, H. P., Considera, C. M., & Di Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, 16, 435-454.
- Muniz, J. O., & Veneroso, C. Z. (2019). Diferenciais de participação laboral e rendimento por gênero. *Dados*, 62.
- Ng, E., et al. (2017). Family support policies and child outcomes: a realist-scoping review. *Community, Work & Family*, 20(3), 292-306.
- Niolon, P. H., et al. (2017). Intimate Partner Violence Prevention Resource for Action. CDC.
- Nizalova, O. Y. (2017). Motherhood wage penalty may affect pronatalist policies. *IZA World of Labor*.
- OCDE. (2019). SF3.2. Family dissolution and children.
- Passos, L., & Machado, D. (2022). Determinantes do trabalho produtivo no Brasil. *Economia e Sociedade*, 31, 203-227.
- Pinheiro, L., et al. (2023). Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado. IPEA, Texto para Discussão 2920.
- Radioagência Nacional. (2024). Taxa de fecundidade no Brasil cai para 1,57 filho por mulher. Agência Brasil.
- Robinson, L. D., Magee, C., & Caputi, P. (2016). Burnout and the work-family interface. *Career Development International*, 21(1), 31-44.
- Skirbekk, V. (2022). Money Matters: The Economics of Fertility. In *Decline and Prosper!* Springer.
- Souza, L. & Queiroz, C. (2021). Economia do cuidado. *Revista Pesquisa FAPESP*, Ed. 299.
- Waldfoegel, J., Craigie, T. A., & Brooks-Gunn, J. (2010). Fragile families and child wellbeing. *The Future of Children*, 20(2), 87.
- Waldinger, R. J., & Schulz, M. S. (2016). The long reach of nurturing family environments. *Psychological Science*, 27(11), 1443-1450.
- Weeden, K. A., Cha, Y., & Bucca, M. (2016). Long work hours and trends in the gender gap in pay. *RSF*, 2(4), 71-102.
- Wu, D., & Huang, J. L. (2024). Gig work and gig workers. *Journal of Organizational Behavior*, 45(2), 183-208.
- Wu, G., et al. (2018). Job burnout, work-family conflict and project performance. *IJERPH*, 15(12), 2869.
- Wynn, A. T. (2017). Gender, parenthood, and perceived chances of promotion. *Sociological Perspectives*, 60(4), 645-664.
- Ximendes, H. (2025). Em um ano, ao menos 20 mil crianças tiveram só registro da mãe no Brasil. CNN Brasil.



family talks

Acompanhe-nos nas redes sociais

-  **@family.talks**
-  **/familytalksoficial**
-  **/FamilyTalks**
-  **/familytalks**

